

PROPOSTA DO CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ligia Pavan Baptista

RESUMO

O curso de extensão universitária Ética na administração pública, tem sido oferecido pela Universidade de Brasília desde 2009, sendo desenvolvido com base na identificação de crescente demanda por parte de servidores públicos, membros das comissões de ética, organismos internacionais, órgãos de controle, professores universitários e estudantes do tema, a partir da criação do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, instituído pelo Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007.

Palavras-chave: ética; administração pública; curso de extensão

ABSTRACT

The extension university course Ethics in Public Administration, has been offered by the University of Brasília, since 2009. It was developed accordingly to the identification of an increasing interest for the subject, specially from public officials, members of ethics commissions, international organisations, control agencies, as well as university professors and students, since the creation of the Ethics Administration System in the Brazilian Executive Power on 1st February 2007, by the law nº 6.029.

Keywords: ethics; public administration; extension course

INTRODUÇÃO

A permanente interlocução entre ensino, pesquisa e extensão, permite a realização da função social da universidade. Particularmente ações extensionistas proporcionam o diálogo essencial e dinâmico entre a academia e a sociedade civil. De conteúdo programático teórico-prático, o curso de extensão universitária Ética na administração pública foi elaborado com base na identificação de demanda por formação qualificada de servidores de diversos órgãos públicos e organismos internacionais que atuam na promoção dos princípios éticos na administração pública, fornecendo subsídios, tanto para a implementação e divulgação de códigos de ética e de conduta, quanto para a elaboração de cursos de capacitação na área.

APRESENTAÇÃO

A proposta do curso de Ética na administração pública, promovido pela Universidade de Brasília a partir de 2009 na categoria de extensão universitária, foi desenvolvida de forma inédita no país em duas edições, na modalidade de educação presencial com utilização de recursos tecnológicos de informação e comunicação. A mesma foi elaborada em conformidade com o Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, que institui o Sistema de Gestão de Ética do Poder Executivo Federal, com a missão e os objetivos da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, instituída pelo Decreto de 25 de maio de 1999 e, ainda, com as recomendações relacionadas às ações preventivas/pedagógicas propostas pela Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, da qual o Brasil, desde 2006, é signatário.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL:

Promover princípios constitucionais e demais princípios éticos, tais como, a transparência, a integridade, o livre acesso à informação, a prestação de contas, a sustentabilidade e a implementação de boas práticas de conduta na administração pública brasileira.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- discutir, por meio de enfoque interdisciplinar, os fundamentos teóricos da ética no âmbito da filosofia do direito;
- analisar a missão dos atores responsáveis pela promoção dos princípios éticos na administração pública brasileira;
- implementar as recomendações e normas propostas pelos códigos de ética e convenções internacionais; e
- debater dilemas éticos na administração pública brasileira.

PÚBLICO-ALVO

O curso é direcionado a servidores públicos, gestores, professores universitários, membros de comissões de ética, órgãos de controle, organismos internacionais, professores universitários, estudantes e demais interessados.

PROGRAMA

O conteúdo programático de 32 horas/aula foi dividido em 4 módulos de 8 horas/aula, tendo sido desenvolvido originalmente em conjunto com a Comissão de Ética Pública, em complementação ao conteúdo abordado nos cursos de Gestão da ética pública, oferecidos anualmente pela Casa Civil da Presidência da República para capacitação dos membros das comissões de ética do Poder Executivo Federal.

Módulo I: Fundamentação Teórica (8 horas/aula)

Módulo II: Debatendo Princípios Constitucionais (8 horas/aula)

Módulo III: Debatendo Convenções Internacionais (8 horas/aula)

Módulo IV: Debatendo Códigos de Ética e de Conduta (8 horas/aula)

O conteúdo programático do curso de extensão foi desenvolvido com base, tanto em minhas pesquisas realizadas na área de ética e filosofia política, no mestrado, no doutorado e no pós-doutoramento, quanto em minha experiência profissional como consultora da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para os quais desenvolvi, respectivamente, o Relatório sobre o IX Seminário Ética na Gestão, a Biblioteca Virtual sobre Corrupção e a Biblioteca Virtual Ética e Boa Governança. Simultaneamente às duas edições do curso de extensão oferecidos e, com base no mesmo conteúdo programático, ministrei a disciplina *Prática e Atualização do Direito 4*, no programa de graduação da Faculdade de Direito. Foram aplicadas ao curso de extensão os mesmos critérios de avaliação e as mesmas recomendações do Decanato de Ensino e Graduação da Universidade de Brasília, aplicáveis às disciplinas de graduação da instituição, tais como distribuição de programa contendo apresentação, objetivos, metodologia, processo de avaliação e referências bibliográficas, no início do curso e questionário de avaliação discente no final. O mesmo programa está sendo desenvolvido, atualmente, no segundo semestre de 2011, de forma inédita, nas disciplinas de graduação *Ética e Introdução à Filosofia* oferecidas para diversos cursos da Universidade de Brasília, tais como, Direito, Relações Internacionais, Geografia, Serviço Social, Ciências Políticas, Economia, dentre outros.

METODOLOGIA

Privilegiando um enfoque prático e interdisciplinar, a metodologia proposta exigiu ativa participação dos estudantes, intercalando aulas expositivas sobre os fundamentos teóricos da ética no âmbito do pensamento filosófico, com discussões de textos selecionados, apresentação de seminários em grupo, aplicação de testes de comportamento, análise de pesquisas relacionadas ao comportamento ético de servidores públicos, missão e objetivos dos atores responsáveis pela promoção dos princípios éticos na administração pública brasileira, recomendações propostas pelas convenções internacionais e análise comparativa de diversos códigos de ética e de conduta específicos. Paralelamente às atividades presenciais, foram desenvolvidas atividades pedagógicas por meio de recursos eletrônicos, tais como, discussões de tópicos especiais em fóruns virtuais e a elaboração conjunta de definições conceituais por meio da ferramenta wiki. A pesquisa eletrônica em bibliotecas virtuais e digitais, assim como, em portais e sítios de diversos órgãos públicos de interesse, foi estimulada. Foram utilizados como material didático, literatura específica sobre o tema, apostila, textos selecionados, recursos eletrônicos e seminários produzidos e apresentados pelos participantes.

RESULTADOS

As duas primeiras edições do curso foram promovidas pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e realizadas no mesmo local. O processo de divulgação foi feito por meio de mala direta eletrônica especificamente elaborada para tal fim pela coordenadora, cartazes A3 e A4, rede UnB e diversos sites da internet. Nas duas edições do curso já realizadas, respectivamente, no período de 14 de outubro a 16 de dezembro de 2009 e de 15 de março a 10 de maio de 2010, o mesmo contou com a participação de 25 inscritos representantes de diversos órgãos da administração pública federal brasileira, organismos internacionais, sociedade civil e setor privado, assim distribuídos:

Tabela 1. Participantes do curso por órgão

Órgão	Participantes
Controladoria-Geral da União (CGU) – Presidência da República	3
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Ministério da Ciência e Tecnologia	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3
Empresa Gestora de Ativos (Emgea) – Ministério da Fazenda	3
Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)	1
Justiça Federal	1
Infraero Aeroportos – Ministério da Defesa	3
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)	1

Órgão	Participantes
Casa Civil – Presidência da República	1
Centro Universitário (Unieuro) – Setor Privado	1
Universidade de Brasília (UnB) – Ministério da Educação	3
Servidores técnicos-administrativos	
Estudantes de graduação e pós-graduação	4

Foram considerados(as) aprovados(as) os(as) alunos(as) que obtiverem frequência mínima de 75% da carga horária total do curso e participação ativa nas discussões, seminários e demais atividades programadas presenciais e virtuais

CONCLUSÃO

A avaliação discente considerou o programa do curso satisfatório obtendo média superior a 80 em 99% dos itens avaliados:

Tabela 2. Avaliação do curso

Item avaliado	Porcentagem
relevância do conteúdo para a formação profissional do(a) participante	95,2%
clareza da descrição de objetivos do programa	89,4%
adequação da bibliografia utilizada ao conteúdo da disciplina	89,4%
compatibilidade dos objetivos com a ementa	86,4%
seqüência do conteúdo programático.	85,2%
adequação dos objetivos ao conteúdo	87,0%
carga horária	74,7%

Em relação à atuação da coordenadora/professora foram ressaltados sua formação acadêmica, preparo teórico, conhecimento, disponibilidade, flexibilidade, entusiasmo, domínio do tema e experiência prática. Em relação ao curso em geral, foi evidenciado como pontos positivos seu caráter multidisciplinar e a relevância para a vida pessoal e profissional dos participantes. No item “pontos a melhorar”, a avaliação discente destacou o espaço físico, o acesso a equipamentos eletrônicos e o processo de informação, inscrição, divulgação, emissão e envio dos certificados, de competência do órgão responsável. Dentre as sugestões, a mesma avaliação considera oportuno que as próximas edições do curso sejam oferecidas em horário noturno para possibilitar maior participação de interessados; que a carga horária deve ser aumentada e ainda, a criação de um segundo curso no qual os mesmos temas seriam abordados de forma mais específica e aprofundada, tendo o primeiro como pré-requisito. A opção pela categoria de curso na modalidade presencial na categoria de ação de extensão universitária se mostrou adequada tendo em vista a identificação da demanda por qualificação na área da ética pública. A formação acadêmica e a experiência prévia como docente e colaboradora da Comissão de Ética Pública da Presidência da República, foram fatores complementares e importantes para a definição do programa e da metodologia adotadas.

A ausência de pré-requisitos e a diversidade de formação acadêmica e experiência profissional dos participantes inscritos se mostraram fatores decisivos para a qualidade dos debates e seminários realizados com a participação ativa dos mesmos em todas as atividades propostas. Em relação ao material didático utilizado, a combinação de recursos pedagógicos específicos para a modalidade presencial com utilização de recursos de tecnologia de informação e comunicação foi um dos fatores que contribuíram para a interação entre participantes e professora. A apresentação de sítios eletrônicos e o desenvolvimento coletivo de conteúdo por meio da ferramenta pedagógica wiki foram recursos didáticos bem explorados.

Finalmente, cabe ressaltar que a formação acadêmica e experiência profissional diversificada dos participantes nas duas edições realizadas do curso contribuiu significativamente para a abordagem interdisciplinar e para os resultados positivos obtidos.

Considerando os resultados obtidos nas duas edições já realizadas do curso, auferidos por meio das avaliações discentes, pode-se concluir que o mesmo alcançou seus objetivos iniciais, principalmente em relação à promoção da ética na administração pública brasileira. Tendo em vista a crescente demanda na área de formação especializada na gestão da ética na administração pública, vista hoje como importante instrumento de prevenção à corrupção e governança corporativa, o curso de extensão universitária Ética na administração pública tem o objetivo de se transformar em um programa permanente de capacitação de gestores públicos e demais interessados.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Ética à Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1972.
- _____. *A Política*. Brasília: UnB, 1972.
- BHÉHIER, E. *História da Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.
- BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1992.
- BRASIL. Banco Central do Brasil. *Código de Conduta dos Servidores do Banco Central do Brasil*. Brasília, Banco Central do Brasil, 2009.
- _____. Conselho Nacional de Justiça. *Código de Ética da Magistratura Nacional*. Brasília:, Conselho Nacional de Justiça, 2008.
- _____. Poder Executivo Federal. *Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal*. Brasília, 1994.
- _____. Presidência da República. *Biblioteca Virtual sobre Corrupção*. Disponível em: <www.cgu.gov.br>. Brasília, 2007.
- _____. Presidência da República. *Código de Conduta da Alta Administração Federal*. Comissão de Ética Pública. Brasília, 2008, 4. ed. revisada e atualizada, 124p.
- _____. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
- _____. Secretaria do Tesouro Nacional. *Código de Ética e de Padrões de Conduta Profissional dos Servidores da Secretaria do Tesouro Nacional*. Brasília, 2005.
- CHAUÍ, M. S. *Introdução à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. V I, São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHAUÍ, M. S. et al. *Primeira Filosofia*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- KANT, I. *A fundamentação metafísica dos costumes*. São Paulo,: Abril Cultural, 1980.
- LOCKE, J. *Segundo Tratado do Governo Civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MORAIS, J. L. O. *Ética e conflito de interesse no serviço público*. Brasília: Escola de Administração Fazendária, 2009.
- OAB. Ordem dos Advogados do Brasil. *Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil*. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Brasília, 1994.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção*. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Viena, 2003.
- _____. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948.
- OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- Convenção sobre Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Internacionais. Paris, 1997.
- RAWS, J. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ROUSSEAU, J. J., *Do Contrato Social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: UnB e Ática, 1989.
- SKINNER, Q. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.

Recebido em março de 2012

Aprovado em junho de 2012

Ligia Pavan Baptista é professora doutora do
Instituto de Ciências Humanas da Universidade de
Brasília (IH/UnB).